



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Edital do Pregão Eletrônico n.º 100/2016

(Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 7.892/13, 5.450/05 e 8.538/15 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, 8.666/93, 9.784/99 e alterações).

Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes.

Data de abertura da sessão pública:

22/12/2016 às 14h30 no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br

Processo:
503.403/2016-0

Tipo:
Menor Preço

Exclusiva ME/EPP?
 Sim Não

Reserva de cota exclusiva ME/EPP?
 Sim Não

Valor total estimado:
R\$ 483.738,90

Apresentação de amostra?
 Sim Não
(item 7.4)

Vistoria prévia?
 Obrigatória;
 Facultativa;
 Não se aplica.

Prazo de entrega:
60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato.

Pedidos de esclarecimento:
Até 19/12/2016.

Impugnações:
Até 20/12/2016.

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@tst.jus.br, conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05.

Documentos de habilitação: (veja seção 8)

Requisitos básicos:

1. SICAF* ou documentos equivalentes;
 2. Certidão CNDT*;
 3. Comprovação de capital social não inferior a 10%, quando os índices de liquidez forem igual ou inferior a 1.
- *Serão emitidos pelo pregoeiro durante a sessão pública.

Requisitos específicos:

Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação.

Endereço da Coordenadoria de Licitações e Contratos: SAFS quadra 8, lote 1, bloco A, sala 332. Brasília – DF. CEP: 70070-943.

Retire o edital e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais www.tst.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br

Coordenador de Licitações e Contratos

Supervisor SAACPL



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para aquisição de uniformes masculino e feminino, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

Grupo 1 – Itens 1 a 6, uniforme masculino.					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade para registro	Pedido mínimo	Valor unitário estimado R\$
1	Conjunto paletó e calça	Unidade	500	2	375,00
2	Camisa	Unidade	750	3	49,84
3	Gravata	Unidade	500	2	32,58
4	Meias	Par	1250	5	15,16
5	Cinto	Unidade	250	1	57,30
6	Sapato	Par	500	2	199,29
Valor total estimado para o grupo 1:					374.090,00
CATMAT para todos os itens do grupo 1: BR0019747					
Grupo 2 – Itens 7 a 15, uniforme feminino.					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade para registro	Pedido mínimo	Valor unitário estimado R\$
7	Blazer	Unidade	120	3	256,00
8	Blazer 7/8	Unidade	28	1	301,66
9	Vestido	Unidade	56	2	210,27
10	Saia	Unidade	80	2	123,88
11	Blusa manga longa	Unidade	80	2	93,33
12	Blusa manga regata	Unidade	80	2	92,33
13	Calça	Unidade	80	2	92,05
14	Meia-calça	Par	480	12	27,12
15	Sapato social	Par	80	2	112,94
Valor total estimado para o grupo 2:					105.121,60
CATMAT para todos os itens do grupo 2: BR0019747					
Grupo 3 – Itens 16 a 18, uniforme da mecânica.					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade para registro	Pedido mínimo	Valor unitário estimado R\$
16	Jalecos CATMAT BR0108650	Peça	40	4	42,75
17	Calças CATMAT BR0141267	Peça	30	3	48,79
18	Botas de Segurança CATMAT BR0150242	Par	20	2	67,68
Valor total estimado para o grupo 3:					4.527,30



- 1.2. As especificações técnicas do objeto constam no anexo I deste edital.
- 1.3. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante e outras especificações de acordo com suas características.

2. Condições para Participação

- 2.1. O grupo 3 deste pregão (itens 16 a 18) destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15.
 - 2.1.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, no ato de envio de suas propostas devem declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/06, c/c o § 2º do art. 13 do Decreto 8.538, de 06/10/15, para fazerem jus ao tratamento favorecido.
- 2.2. Poderão participar dos grupos 1 e 2 (itens 1 a 15) deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital.
- 2.3. Os participantes devem estar previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
 - 2.3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
 - 2.3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 2.3.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
 - 2.3.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.4. Ficam impedidos de participar desta licitação:
 - 2.4.1. Os interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em



- regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição e as empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.4.2. Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo TST, com base na Lei n.º 8.666/1993; ou impedidos de licitar e contratar com a União, com base na Lei n.º 10.520/2002 (TCU Acórdãos 842/2013, 3439/2012, 3243/2012 e 2242/2013, todos do Plenário).
- 2.4.3. A pessoa jurídica cujo(s) sócio(s) que compõe(m) seu quadro societário incorra(m) na vedação constante do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.
- 2.5. O pregoeiro realizará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA), emitindo as certidões respectivas, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto n.º 5.450/05.
- 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema o preço unitário, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
- 4.1.1. No campo apropriado do sistema, o licitante deverá informar a quantidade a ser registrada;
- 4.1.2. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.
- 4.2. Os interessados deverão cotar **todos os itens do grupo**, sob pena de desclassificação.



- 4.3. A proposta deverá ainda especificar, quando cabíveis, nos campos apropriados do sistema: marca, modelo, fabricante e demais referências que identifiquem o produto cotado, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecer o bem indicado pelo TST.
- 4.4. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:
 - 4.4.1. Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, sessenta dias corridos contados do recebimento da nota de empenho;
 - 4.4.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.
- 4.5. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, **que deixarem de cotar todos os itens de um grupo** ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.6. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:
 - 4.6.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
 - 4.6.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - 4.6.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
 - 4.6.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 4.8. O licitante melhor classificado, após a fase de lances, deverá encaminhar, ainda, atendendo convocação do pregoeiro, declaração, conforme modelo do Anexo III (disponível no seguinte link: <http://bit.ly/decNEPlicit>), a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela Resolução 229, de 22/06/2016.
 - 4.8.1. O prazo para envio da referida declaração é de 30 minutos, contado da convocação do pregoeiro.
 - 4.8.2. A Declaração deverá ser reapresentada no momento da assinatura do contrato, firmada por todos os sócios que compõem o quadro societário do licitante, conforme modelo constante do Anexo IV (<http://bit.ly/decNEPcont>).



5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados.
- 5.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
 - 5.2.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
 - 5.2.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 5.3. Não serão aceitas propostas com **valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis**.
 - 5.3.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
 - 5.3.2. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.
 - 5.3.3. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 8.538/15.
 - 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5.450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que estejam em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.



- 6.2.1. O pregoeiro abrirá todos os itens e procederá a análise das propostas de cada um deles.
- 6.2.2. A desclassificação de um único item implicará a desclassificação da respectiva proposta global.
- 6.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.
- 6.2.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.
- 6.4. O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.6. Na fase de lances, a disputa será por item e a classificação final será pelo valor global do grupo.
 - 6.6.1. Não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um dos itens que integram o grupo, pois a incompatibilidade de um deles com o respectivo valor estimado pode levar à desclassificação da respectiva empresa proponente, nos termos do item 7.6.1.
- 6.7. Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos, conforme IN SLTI/MPOG n.º 03, de 16/12/2011.
 - 6.7.1. Os lances enviados em desacordo com o item anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.
- 6.8. A cada lance ofertado por item, o Sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo.
 - 6.8.1. A empresa que ofertar o menor valor global para o grupo será classificada em primeiro lugar pelo critério de Julgamento por Preço Global – Lote.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.



- 6.11. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.13. Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 8.538/15.

7. Julgamento das Propostas e Habilitação

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, e de posse da Declaração de que trata o item 4.8, o pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar e observará os seguintes requisitos:
 - 7.1.1. A conformidade da(s) proposta(s) com as especificações do objeto;
 - 7.1.2. A compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado para registro.
- 7.2. Serão recusadas propostas com o quantitativo inferior ao total previsto para registro.
- 7.3. As propostas que resultarem preços manifestamente inexequíveis serão desclassificadas.
 - 7.3.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
 - 7.3.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.
- 7.4. **AMOSTRAS - O pregoeiro, a seu critério e mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (chat) no decorrer da sessão, poderá solicitar ao participante melhor classificado a apresentação de amostras dos produtos cotados, no prazo improrrogável de até cinco dias úteis, a contar da convocação, para verificação da conformidade com as especificações, observados os seguintes procedimentos:**
 - 7.4.1. A amostra consistirá em uma unidade de cada um dos itens da tabela do objeto deste edital;
 - 7.4.2. O prazo estabelecido pelo pregoeiro refere-se à entrega do produto no TST e não a data de despacho/postagem;
 - 7.4.2.1. Não serão analisadas amostras entregues após a data estabelecida pelo pregoeiro;



- 7.4.2. O ônus da apresentação da amostra é de responsabilidade da Licitante.
- 7.4.3. As amostras deverão estar devidamente e individualmente embaladas, lacradas e identificadas com o número do certame, o número do item, o CNPJ, o nome ou razão social da licitante e o telefone para contato.
- 7.4.4. As amostras deverão ser entregues, a expensas da licitante, na Coordenadoria de Segurança e Transporte – CSET do TST, localizada no SAFS quadra 8, lote 1, Bloco A, térreo, sala 9, Brasília-DF, CEP: 70070-600, telefones: 3043-4339 ou 3043-4508, e-mail: cset@tst.jus.br, e serão analisadas com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com a especificação.
- 7.4.5. Os licitantes poderão acompanhar a avaliação da amostra, desde que se manifestem até a data da entrega da amostra, mediante e-mail para o endereço eletrônico constante do subitem anterior.
- 7.4.6. O licitante que não apresentar amostra, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o licitante subsequente convocado.
- 7.4.7. As amostras serão analisadas com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com as especificações constantes no Anexo I.
- 7.4.8. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados, receber cortes ou vincos, e serão devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, sem ônus para o TST.
- 7.4.9. Para fins de análise das amostras poderão ser utilizados instrumentos como: fita métrica, material comparativo, catálogos, lupa, e/ou consulta a especialistas, entre outros recursos tecnicamente viáveis e necessários.
- 7.4.10. A amostra entregue pela proponente vencedora permanecerá com a Fiscalização para comparação quando do recebimento dos demais produtos e será devolvida à empresa contratada após o término da vigência da Ata de Registro de Preços.
- 7.4.11. A partir da data em que for homologado o processo licitatório, as amostras recusadas estarão à disposição das licitantes, que deverão retirá-las na CSET /TST no prazo máximo de trinta dias.



- 7.4.12. A não retirada das amostras até o término dos prazos fixados será considerada abandono dos materiais e a Administração poderá dar-lhes a destinação que julgar conveniente.
- 7.4.13. A responsabilidade do órgão licitante por eventuais danos às amostras limitar-se-á ao período compreendido entre a entrega/recebimento e o último dia fixado para sua retirada.
- 7.4.14. A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação das amostras.
- 7.4.15. **Previamente à solicitação de envio das amostras, o pregoeiro irá verificar se o licitante está conectado e acompanhando a sessão pública. O pregoeiro irá indagar ao licitante se está ciente de que deverá apresentar a amostra solicitada na forma do edital. Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para que ele se manifeste por meio do chat em resposta à indagação. Se esgotado o referido prazo, o licitante não se manifestar, terá sua proposta desclassificada, com fundamento no disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5.450/2005, sem prejuízo das sanções pertinentes.**
- 7.5. Examinada(s) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.6. **O pregoeiro realizará a aceitação da proposta para o grupo, sendo impossível aceitar parte dos itens.**
- 7.6.1. O preço ofertado final de cada item que integra um grupo deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação.
- 7.7. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, sendo inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.7.1. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.9. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.10. Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada e o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.



- 7.11. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.
- 7.12. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.
- 7.13. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.14. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. **A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame somente deverá(ão) encaminhar proposta(s), declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (chat), sob pena de serem descartados.**
- 7.16. O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br) e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo os licitantes deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do referido Sistema de Cadastramento.
- 8.2. A habilitação no que tange à **regularidade fiscal** far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso.
- 8.3. A **regularidade trabalhista** do licitante deverá ser comprovada mediante certidão negativa, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a qual será emitida pelo Pregoeiro no sítio do TST durante a sessão pública.
- 8.4. Para comprovação da qualificação **econômico-financeira**, será exigido Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um. Se o balanço patrimonial cadastrado no SICAF estiver vencido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações



contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.4.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor global da ata resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.

8.4.2. Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

8.4.2.1. Publicados em Diário Oficial ou;

8.4.2.2. Publicados em jornal de grande circulação ou;

8.4.2.3. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;

8.4.2.4. Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.

8.4.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação.

8.5.1. A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

8.6. Disposições gerais sobre habilitação:

8.6.1. **Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA.**

8.6.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser



encaminhados de forma virtual, utilizando a funcionalidade de convocação de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no **prazo de uma hora** contada da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.

- 8.6.2.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.
- 8.6.2.2. O prazo para envio poderá ser prorrogado por mais uma hora, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado e justificado pelo interessado no chat da sessão pública ou por e-mail antes de expirado o prazo inicial estabelecido.
- 8.6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.6.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.
- 8.6.5. Caso o licitante seja inabilitado por irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, nos termos do art. 37 da IN SLTI/MPOG n.º 02, de 11/10/2010, ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/1993.
- 8.6.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.6.7. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 8.6.8. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.6.9. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016.**



8.6.10. No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como na assinatura de cada contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência da ata e eventuais contratos.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Em até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
 - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
 - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os **pedidos de esclarecimento** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet (e-mail), para o endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que **não podem conter qualquer tipo de anexo**, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.
- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer ao final da sessão pública, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, tendo três dias para apresentar as razões de recurso. Os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.10. Os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail cpl@tst.jus.br.

10. Prazos e Condições para Assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato

- 10.1. Após a homologação do resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços - ARP.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, a empresa cujo preço foi registrado será convocada para a assinatura do contrato e retirada da respectiva nota de empenho, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital e, no caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverá ser entregue declaração de que é regularmente inscrita no Simples Nacional, conforme inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 10.3. As convocações de que tratam os itens 10.1 e 10.2 deverão ser atendidas no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogável uma única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas no item 20.3 deste edital.
- 10.4. A formalização do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas à assinatura do próprio contrato, e cabe à empresa fazer-se representar por profissional habilitado a cotejar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo bem assim a firmá-lo.
- 10.5. O exame a que alude o item anterior se dará no recinto do Tribunal e poderá ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive fora do expediente normal de trabalho.
- 10.6. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.7. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos, conforme especificações e condições contidas neste edital e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.



- 10.8. Quando o proponente vencedor não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos, é facultado ao TST convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.9. Os pedidos de fornecimento obedecerão à conveniência e às necessidades do TST, o qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 10.10. Não serão permitidas adesões à ata de registro de preços. A referida Ata só poderá ser utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal que tenham participado do registro de preços.

11. Vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato

- 11.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano.
 - 11.1.1. Durante a vigência da ARP serão realizadas pesquisas de mercado periódicas para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
- 11.2. A vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. Na hipótese de aquisição do objeto do Registro de Preços, após a assinatura do contrato, a Administração designará um servidor, ou comissão de servidores, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.
- 12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
 - 12.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
 - 12.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
 - 12.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 12.2.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários



à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

13.1. O objeto de cada contrato será recebido das seguintes formas:

13.1.1. **Provisória**, mediante recibo imediatamente após a entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

13.1.2. **Definitiva**, mediante recibo, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

13.2. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a substituí-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

13.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

13.3. Um representante da Contratada poderá acompanhar o recebimento dos produtos, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

13.4. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo determinado pelo Contratante.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

14. Condições de Pagamento

14.1. O pagamento será efetuado, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística do TST, situada no SAFS, quadra 8,



lote 1, bloco A, térreo, sala T18, CEP 70070-600, Brasília-DF, (61) 3043-4080.

14.1.2. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

14.2. A Contratada deverá entregar todos os produtos solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

14.3. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura do contrato ou entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste edital, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajustamento dos Preços

15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 7.892/2013.

15.2. Após a assinatura do contrato, os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis.

16. Obrigações da Contratada

16.1. Entregar os produtos objeto desta licitação na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado neste edital.

16.1.1. Os uniformes deverão ser entregues, a expensas da Contratada, na Coordenadoria de Segurança e Transporte do Tribunal Superior do Trabalho, localizada no Setor de Administração Federal Sul, quadra 08, lote 01, Bloco "A", sala 09, Brasília/DF, CEP 70070-943, telefones 3043-4339 e 3043-4508.



- 16.2. Substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste edital em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.
- 16.2.1. A Contratada deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do correto.
- 16.2.2. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- 16.3. Fornecer todos os itens indicados no Anexo I, de acordo com as características apresentadas no detalhamento descritivo de cada item, observando-se a necessidade de preservação da uniformidade de matérias-primas.
- 16.3.1. Os Uniformes de tecido deverão ser entregues nos kits, limpos, sem fios e linhas excedentes das costuras, passados a ferro a vapor, embalados individualmente, em embalagens de materiais recicláveis, ecologicamente sustentáveis, acondicionados em caixa de papelão, lacrada, com o uniforme identificado e o seu tamanho.
- 16.3.2. O calçado deverá ser entregue também em embalagem individual, identificando a pontuação exata do usuário, embalado em sacos plásticos, acondicionados em caixa de papelão, lacradas, limpos.
- 16.4. Substituir, no prazo de trinta dias, o uniforme entregue com defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados, ou fora das especificações.
- 16.5. Comparecer à Coordenadoria de Segurança e Transporte - CSET, no Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, lote 1, Bloco "A", térreo, sala T09, Brasília-DF, CEP 70070-943, fones: (061) 3043-4339, no prazo de 10 (dez) dias da comunicação pelo Contratante, para auferir as medidas exatas dos uniformes (Itens 1, 7, 8, 9, 10 e 13) para cada servidor e apresentar mostruário de numeração (itens 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18).
- 16.5.1. A Contratada deverá agendar o dia e horário com a Coordenadoria de Segurança e Transporte por telefone.
- 16.5.2. No dia previamente agendado, a Contratada deverá portar mostruário de numeração especificada abaixo:
- 16.5.2.1. Terno Masculino: 42 a 60 (Grupo 1);
- 16.5.2.2. Camisa Masculina: 1 a 7 (Grupo 1);
- 16.5.2.3. Sapato Masculino: 37 a 43 (Grupo 1);
- 16.5.2.4. Blazer Feminino: 40 (Grupo 2);
- 16.5.2.5. Blazer 7/8 Feminino: 40 (Grupo 2);
- 16.5.2.6. Vestido: 40 (Grupo 2);



- 16.5.2.7. Saia executiva: 40 (Grupo 2);
 - 16.5.2.8. Blusa Feminina manga longa: P, M, G, ou 40 a 50 (Grupo 2);
 - 16.5.2.9. Blusa Feminina manga regata: P, M, G, ou 40 a 50 (Grupo 2);
 - 16.5.2.10. Calça feminina: P, M, G, ou 40 a 50 (Grupo 2);
 - 16.5.2.11. Sapato Feminino: 33 a 39 (Grupo 2);
 - 16.5.2.12. Jaleco: 1 a 7 (Grupo 3);
 - 16.5.2.13. Calça Masculina: P, M, G, ou 38 a 50 (Grupo 3);
 - 16.5.2.14. Bota de Segurança: 36 a 43 (Grupo 3).
- 16.6. Atender prontamente à Administração do Tribunal Superior do Trabalho, durante o prazo de entrega e da garantia, quando solicitada.
- 16.7. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência Contratual, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela Fiscalização.
- 16.8. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos produtos, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 16.9. Manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e e-mail.
- 16.10. Manter, durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 16.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 16.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.13. A Contratada não será responsável:
- 16.13.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 16.13.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
- 16.14. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.



17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a assinatura de cada contrato, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste edital;
 - 17.1.2. Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e
 - 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolizados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do TST, localizado no SAFS, quadra 08, lote 1, bloco A, térreo, Brasília-DF, CEP 70.070-943.

18. Alterações na Ata de Registro de Preços

- 18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 17 e 18 do Decreto n.º 7.892/2013.

19. Cancelamento do Registro de Preços

- 19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 19.1.2. Deixar de retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 19.1.3. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
 - 19.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.
- 19.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 19.3.1. Por razão de interesse público; ou
 - 19.3.2. A pedido do fornecedor.



20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. Fundamentado no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, aquele que:
- 20.1.1. Não assinar a ata de registro de preços ou o contrato;
 - 20.1.2. Deixar de entregar documentação exigida neste edital;
 - 20.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 20.1.5. Não mantiver a proposta;
 - 20.1.6. Falhar ou fraudar na execução contratual;
 - 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 20.1.8. Fizer declaração falsa;
 - 20.1.9. Cometer fraude fiscal.
- 20.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 20.2.1. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 20.1 deste edital, como também a inexecução total contratual.
- 20.3. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, assinalado no item 10.3 deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado, até o limite de 15% (quinze por cento).
- 20.4. Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.
- 20.5. A penalidade de multa prevista nos itens 20.2 e 20.3 poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.
- 20.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.



- 20.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 20.8.1. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, lote 1, bloco A, térreo, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096 e-mail: sgcon@tst.jus.br.
- 20.8.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
- 20.8.3. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 080001.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 29 do Decreto 5.450/2005.
- 21.3. No curso da contratação, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução contratual, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão contratual.
- 21.4. Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, constante do Anexo II, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 21.4.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.



- 21.5. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características dos produtos relacionados no objeto desta licitação.
- 21.6. Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 21.7. **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA** - Em atendimento ao disposto no Decreto n.º 7.892/13, por ocasião da homologação do pregão no Sistema Comprasnet, havendo fornecedores com proposta(s) NÃO RECUSADA(S), estes serão convocados, a partir de e-mail enviado pelo Sistema, para aderirem ao Cadastro de Reserva pelo preço do licitante vencedor.
- 21.7.1. O registro da intenção de participar do cadastro será feito em funcionalidade disponibilizada pelo Sistema;
- 21.7.2. A data/hora final para o cadastro de reserva não será inferior a 24 horas, contadas da convocação;
- 21.7.3. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;
- 21.7.4. Findo o prazo para manifestação dos interessados, será gerada a correspondente Ata pelo Sistema.
- 21.8. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@tst.jus.br.
- 21.9. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.tst.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.



ANEXO I

DETALHAMENTO DOS UNIFORMES SEGURANÇA

Grupo 1 – uniforme masculino:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	<p>Conjunto de 01(um) Paletó e 01(uma) calça masculina, corte italiano, Confeccionado em tecido 70% poliéster e 30% viscose, na cor preta;</p> <p>PALETÓ: Frente: fechável por 02 (dois) botões com casa de olho; Parte interna: todo forrado, forro 100% sarja de acetato na cor preta, vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro; Bolso: 06 (seis) bolsos, sendo:01 (um) externo embutido na parte superior do lado esquerdo, com “vista” larga 3cm(L), 02 (dois) externos embutidos na parte inferior com portinhola medindo 6cm de largura(L); 02(dois) internos embutidos na parte superior, sendo um embutido do lado esquerdo e outro do lado direito (fechável por um botão com aleta em forma de triângulo com caseado); e 01 (um) menor interno embutido na parte inferior do lado esquerdo; Gola toda pespontada com caseado do lado esquerdo e feltro debaixo da gola; Mangas forradas com 04(quatro) botões em cada com caseado; costa forrado com 02(duas) aberturas laterais, costura vertical na união dos traseiros; Acabamento linha 100% poliéster; botões na cor preta: poliéster, tinto massa T-24 para manga e T-32 para frente, 04 (quatro) furos; Entretela: colante para reforço de ombro; Ombreira de algodão, feltro para baixo da gola poliéster; Etiquetas: Marca Bordada; de composição e instrução de lavagem conforme determinação do Inmetro.</p> <p>CALÇA: Confeccionado em tecido 70% poliéster e 30% viscose, na cor preta, modelo social reta sem pregas em tecido idêntico ao do terno, frente com pernetas (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho) com 2 bolsos dianteiros tipo faca, acabamento em travete; 2 bolsos traseiros com caseado na vertical e 1 botão cor preta em cada bolso; botão interno de adaptação; Cós de 40mm(A), com extensão retangular fechável por gancho metálico e 1 botão na extensão, parte interna com extensão com casa preso com 1 botão, forro montado em 2 partes com fita de borracha no centro para segurar a camisa, com seis a oito passantes de acordo com o manequim; Zíper em poliéster anti-ferrugem com deslizamento prático; Acabamento das costuras internas em overloque; Possibilidade de ajustes futuros;</p> <p>Aviamentos: cor do tecido; linha 100% poliéster ; forro de bolso 100% poliéster na cor preta; forro de cós 100% poliéster ; entretela de cós 100% poliéster; botões(quatro) poliéster tinto massa T-24 (quatro furos); zíper de nylon 18 cm (C) trava automática, Zíper/gancho deverá ser de material resistente a ferrugem; Etiqueta de marca bordada; de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO;</p> <p>OBS: a empresa vencedora deverá providenciar trajés prontos para a conferência das medidas, sem ônus nenhum para a administração.</p>
2	<p>CAMISA MANGA LONGA: Confeccionada em Tecido Tricoline, 35% Algodão e 65% Poliéster, de modo a não deixar transparecer a cor do corpo, cor Branca, mangas longas; colarinho entretelado firme com reforço, pespontado ou com barbatana nas pontas; Pala: 2 panos (dupla) com etiqueta de marca e tamanho;</p>



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	Mangas compridas tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 7,cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 (dois) botões em cada punho tam-18; Bolsos: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços (mosqueados nos cantos, com 12 cm (largura) por 15 cm (altura); vista embutida de 3,5cm, botão reserva na vista interna; Fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; Ombro: costura embutida pesponto na beira; Costa: com 2 (duas) pregas, uma de cada lado; Abertura: frontal, em toda a extensão, fechável por sete botões TAM-18, da cor do tecido (incluir botão reserva TAM-18 e TAM-14).
3	GRAVATA – CORES: Gravata Jaquard 1200 fios listrada cor a definir, medindo entre 7 e 7,5 cm de largura na parte mais larga e 1,40cm a 1,50cm de comprimento, entretela grossa, passante duplo (sendo: um passador do próprio tecido e uma etiqueta de marca bordada), forro liso ou trabalhado.
4	MEIA SOCIAL MASCULINA: Cor: Preta. Especificações técnicas do tecido: 68% algodão, 30% poliamida e 02% elastano, cor preta. Detalhes do modelo: Cano longo.
5	CINTO Confeccionado em couro legítimo dupla face na cor preta e marrom. Modelo social de no mínimo 110 cm (Comprimento) e mínimo de 30mm de largura, compatível com o cós da calça, com ou sem costura, fivela de aço com garra regulável.
6	SAPATO MASCULINO Cor: Preta, Forro do cabedal de couro; Forro do suador em cotelle; Calcanheira inteira, forrada de couro; Sola pro shock Z2 ou similar; Palmilha com montagem antimicrobiana pro shock Z2 ou similar; Calcanheira conformada PU vermelho, zona de amortecimento dianteira: Sistema "Comfort Structure" ou similar, com estruturas massageadoras que favoreçam a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés, reduzam o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionem alívio de dores nas costas e pescoço provocadas por impactos ao caminhar e/ou postura inadequada.



Grupo 2: uniforme feminino:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
7	<p>BLAZER: Confeccionado em Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Cor a ser definida posteriormente; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m, medidas de acordo com o manequim do usuário. Modelo: Corte de Blazer clássico social com gola de alfaiate forrada do próprio tecido ; 02(dois) bolsos externo na parte inferior inclinado medindo 12 a 13cm de comprimento; Frente arredondada, com comprimento na altura do quadril, abertura frontal fechável por 3 botões e caseado na horizontal de forma a permitir uma boa apresentação; com 04(quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do ombro até o bolso; Mangas de paletó 2 folhas; Costas com 02(dois) recortes um de cada lado saindo do ombro até a barra; Aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120; Entretela 100%poliéster resinado para fusionar no tecido; Botões: 04 (quatro) botões na cor do tecido com aproximadamente dois centímetro de diâmetro, sendo 03 (três) na frente e 01 (um) reserva ; Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano, 94% poliéster e 6% elastano, na cor do tecido; Etiqueta de identificação: do tecido, forro, confecção , tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO; Ombreira: de feltro.</p>
8	<p>BLAZER 7/8: Confeccionado em Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Cor a ser definida posteriormente; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m, medidas de acordo com o manequim do usuário. Modelo: Corte de Blazer clássico social com gola mais larga de alfaiate, forrada do próprio tecido ; 02(dois) bolsos externos na parte inferior, inclinados medindo de 12 a 13cm de comprimento; Frente arredondada, com comprimento abaixo da altura do quadril e acima do joelho uns 10 cm, abertura frontal fechável por 3 (três)botões e caseado na horizontal de forma a permitir uma boa apresentação, sendo o primeiro botão abaixo do busto; com 04(quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do ombro até o bolso; Mangas de paletó 2 folhas; Costas com 02(dois) recortes, um de cada lado, saindo do ombro até a barra; Aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120; Entretela 100%poliéster resinado para fusionar no tecido; Botões: 04 (quatro) botões na cor do tecido aproximadamente dois centímetro de diâmetro, sendo 03 (três) na frente e 01 (um) reserva ; Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano (94% poliéster e 6% elastano), na cor do tecido; Etiqueta de identificação: do tecido, forro, confecção , tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO; Ombreira: de feltro.</p>
9	<p>VESTIDO: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m; Cor a ser definida posteriormente; Modelo: básico, corte reto, sem mangas , com dois pences frontais, decote gola canoa, traseiro com costura centralizada na união dos traseiros, fechado por zipper invisível e botão para fechamento, abertura transpassada, para dar movimento, de 15 a 22cm; Aviamentos: na cor do tecido; Forro parte interna coberta com forro cetim com elastano (96% poliéster e 4%elastano), na cor do tecido. Etiqueta de marca bordada. Na medida do usuário.</p>
10	<p>SAIA EXECUTIVA: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno</p>



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m. Cor a ser definida posteriormente; Modelo social básico com cós , semijusta, altura do joelho, toda forrada; Frente 04(quatro) pences, duas de cada lado, medindo aproximadamente 5 a 7cm ; Cós anatômico de 5cm, do próprio tecido entretelado, parte interna do cós com 02(dois) penduradores de cabide, um de cada lado, em cetim; Traseiro com 2 pences para cinturar, medindo aproximadamente 7 a 9 cm , fechável com Zípper invisível de 18 a 20cm, e fenda de 15 a 20 cm, com barra pronta ou 20 a 28 cm sem barra. Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano (94% poliéster e 6% elastano) na cor do tecido; Etiqueta: com a marca bordada, composição e instrução de lavagem, conforme determinação do INMETRO.
11	BLUSA MANGA LONGA: Tecido 100%poliéster, gramatura 109 g/m2, gola colarinho entretelado e pespontado delicado no contorno da gola; Cor a ser definida posteriormente; Manga longa com punho entretelado de 6 cm todo pespontado, fechável por dois botões na vertical tam-18, com caseado na horizontal; Frente dupla coberta com o próprio tecido, com abertura frontal para vestir ou desvestir, fechável por 6 a 7 botões tam-18 em casas verticais, 6 (seis) pences , sendo quatro na frente, 02(dois) na vertical da barra até a cintura e os outros 2(dois) saindo próximo a cava, na horizontal, medindo aproximadamente 14cm. Traseiro: 2 (dois) pences, um de cada lado, até a barra, medindo aproximadamente, 40cm. Etiqueta de marca bordada e etiqueta de composição.
12	BLUSA MANGA REGATA: Tecido: Seda Chanel, 100% poliéster; Cor a ser definida posteriormente; manga regata com alça de 4 a 5 cm; gola quadrada ; Etiqueta de marca bordada e etiqueta de composição.
13	CALÇA FEMININA: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno, acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m. Cor a ser definida posteriormente; Modelo sem prega, frente com 02(dois) bolsos tipo faca, fechável com 02(dois) botões com caseado, tamanho de 1,2 a 1,5 cm de diâmetro na cor do tecido; No cós na vertical, zíper comum com 12 a 18 cm, de nylon fino comum, com braguilha; Cós anatômico de 5 cm, do próprio tecido entretelado; Traseiro com 2 (dois) pences; Barra overlock nas partes desfiadas do tecido.
14	MEIA CALÇA COR PRETA: Composição mínima de 84% poliamida e de 16% elastano. Cor preta,
15	SAPATO SOCIAL FEMININO NA COR PRETA: Sapato com bico arredondado produzido em material PU Sintético na cor preta, com detalhe em material Verniz Preto. Salto com altura de 6,5 cm, solado emborrachado (antiderrapante e flexível). Palmilha com tratamento antibacterias e todo forrado internamente.



Grupo 3: uniforme da mecânica:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
16	<p>JALECO</p> <p>Tecido: Brim, tipo sol a sol; Modelo Convencional; Cor Azul escuro. Dois bolsos na parte frontal inferior e um bolso na parte superior à esquerda, com costuras reforçadas. Gola com entretela aderente; pala (dois panos), com etiqueta de marca e tamanho; Mangas Curtas. Abertura frontal (para vestir ou desvestir), em toda a extensão, fechável por botões em casas verticais à esquerda e botões reserva na parte inferior.</p> <p>Acabamentos: costura dupla (máquina braço) lateral; botão na cor do tecido;</p> <p>Logotipo do TST: Gravado no centro do bolso superior à esquerda, em <i>silk-screen</i>, na cor branca.</p> <p>Etiqueta de identificação do fabricante e origem da matéria prima empregada, forma de conservação da peça, tamanho, observando os requisitos exigidos pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente de etiquetas.</p>
17	<p>CALÇA JEANS</p> <p>Tecido: Jeans 100% algodão ou 99% algodão com 1% de elastano; modelo Convencional; Cor Azul escuro. Dois bolsos na parte frontal inferior e dois bolsos na parte traseira. Braguilha com zíper reforçado de metal, na cor do tecido;</p> <p>Logotipo do TST: Gravado no centro do bolso traseiro à esquerda, em <i>silk-screen</i>, na cor branca.</p> <p>Etiqueta de identificação do fabricante e origem da matéria prima empregada, forma de conservação da peça, tamanho, observando os requisitos exigidos pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente de etiquetas.</p>
18	<p>BOTA DE SEGURANÇA</p> <p>Em couro, solado antiderrapante, forma alta, de cano curto, com cadarço, com biqueira de composite que possua protetor de biqueira em borracha termoplástica em sua borda, com solado em poliuretano injetado direto no cadebal, devendo possuir o Selo de Conforto da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou do Instituto Brasileiro de Tecnologia de Couro, Calçados e Artefatos - IBTeC</p>

OBS 1: Nos percentuais referentes aos materiais dos itens detalhados, será aceita uma variação de até 5%, para mais ou para menos.

OBS 2: Todos os itens deverão apresentar as medidas de acordo com o manequim do servidor.



ANEXO II

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; ([Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade. ([Redação dada pela Resolução nº 181, de 17.10.13](#))

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))



Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação. ([Redação dada pela Resolução n.º 9, de 06.12.05](#))

Art. 4º O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

Parágrafo único Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Relação familiar		
I - Cônjuge ou companheiro.		
II - Relação de parentesco até o 3º grau, inclusive.		
II.1 - Parentesco natural e civil.		
Linha reta	Ascendente	a) pais - 1º grau b) avós - 2º grau c) bisavós - 3º grau
	Descendente	a) filhos - 1º grau b) netos - 2º grau c) bisnetos - 3º grau
Linha colateral		a) irmãos - 2º grau b) tios e sobrinhos – 3º grau
II.2 - Parentesco por afinidade		
Linha reta	Ascendente	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) - 1º grau b) padrasto ou madrasta - 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro - 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro - 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro - 3º grau
	Descendente	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) - 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) - 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) - 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) - 3º grau
Linha colateral		a) cunhados - 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro - 3º grau



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º xxx/2016, não haver no quadro societário da empresa identificada acima cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do Tribunal Superior do Trabalho situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Representante da empresa



ANEXO IV DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Na condição de sócio(s) da empresa identificada acima, para fins de contratação decorrente do Pregão Eletrônico n.º xxx/2016, declaro(amos) não incorrer na vedação do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Sócio 1

Sócio 2

Sócio 3



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE – 100/2016

No dia ___ de _____ de 2016, no Tribunal Superior do Trabalho, registra-se o preço da empresa abaixo identificada para aquisição de uniformes, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico n.º 100/2016. As especificações técnicas constantes do processo administrativo TST 503.403/2016-0, bem assim os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Este registro de preços tem a vigência de um ano, até ___ de _____ de 2017.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade registrada	Pedido mínimo por compra	Preço unitário registrado
1	Conjunto paletó e calça	Unidade	500	2	
2	Camisa	Unidade	750	3	
3	Gravata	Unidade	500	2	
4	Meias	Par	1250	5	
5	Cinto	Unidade	250	1	
6	Sapato	Par	500	2	
7	Blazer	Unidade	120	3	
8	Blazer 7/8	Unidade	28	1	
9	Vestido	Unidade	56	2	
10	Saia	Unidade	80	2	
11	Blusa manga longa	Unidade	80	2	
12	Blusa manga regata	Unidade	80	2	
13	Calça	Unidade	80	2	
14	Meia-calça	Par	480	12	
15	Sapato social	Par	80	2	
16	Jalecos	Peças	40	4	
17	Calças	Peças	30	3	
18	Botas de Segurança	Par	20	2	

Empresa vencedora: ...

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone: (..)

Fax: (..)

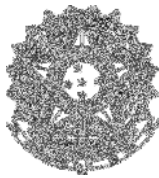
E-mail:



Dirley Sérgio de Melo
Secretário de Administração
Tribunal Superior do Trabalho

Nome
Cargo
Empresa

Marcos França Soares
Coordenador de Licitações e Contratos
Tribunal Superior do Trabalho



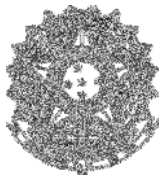
CONTRATO PE-100/2016 – AQUISIÇÃO DE UNIFORMES. (Processo TST N.º 503.403/2016-0).

O **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo,, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, Brasília, DF, CEP, telefone (xx), e-mail, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo,, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 100/2016, publicado no Diário Oficial da União do dia xx de xxxxxx de xxxx, e a respectiva homologação, que consta no Processo Administrativo TST n.º 503.403/2016-0, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes na Lei Complementar n.º 123/2006, nas Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002, 8.078/90 e 9.784/99 e nos Decretos n.º 7.892/2013, 5.450/2005 e 8.538/2015, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de uniformes masculino e feminino, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições constantes neste contrato, seu anexo e no edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Conjunto paletó e calça	Unidade			
2	Camisa	Unidade			
3	Gravata	Unidade			
4	Meias	Par			
5	Cinto	Unidade			
6	Sapato	Par			
7	Blazer	Unidade			
8	Blazer 7/8	Unidade			
9	Vestido	Unidade			
10	Saia	Unidade			
11	Blusa manga longa	Unidade			
12	Blusa manga regata	Unidade			
13	Calça	Unidade			
14	Meia-calça	Par			



15	Sapato social	Par			
16	Jalecos	Peças			
17	Calças	Peças			
18	Botas de Segurança	Par			
Valor total do Contrato R\$					

Subcláusula primeira. As especificações técnicas do objeto constam no Anexo I deste contrato.

Subcláusula segunda. Os produtos deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante e outras especificações de acordo com suas características.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$
(.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

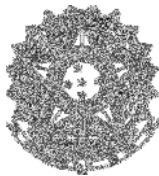
CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em/...../.....

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

A Contratada deverá cumprir prazo para entrega dos produtos de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados do recebimento da nota de empenho.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.



Subcláusula segunda. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, lote 1, Bloco A, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

Subcláusula quarta. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

Subcláusula primeira. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

- I. acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- II. solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- III. notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- IV. propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

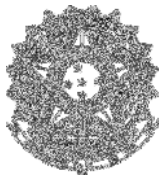
Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- II. **definitiva**, mediante recibo, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

Subcláusula primeira. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados



parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a substituí-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

Subcláusula segunda. A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Subcláusula terceira. Um representante da Contratada poderá acompanhar o recebimento dos produtos, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

Subcláusula quarta. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

Subcláusula quinta. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

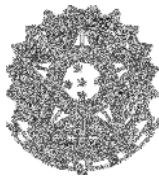
Subcláusula primeira. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, bloco A, térreo, sala T18, CEP 70070-600, Brasília-DF, (61) 3043-4080.

Subcláusula segunda. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto entregue e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

Subcláusula terceira. A Contratada deverá entregar todos os produtos solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Subcláusula quarta. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura deste contrato, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Subcláusula quinta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste contrato, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o

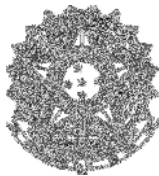


menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

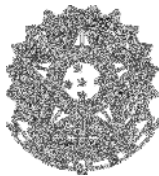
Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I. entregar os produtos na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado neste contrato;
 - a. os uniformes deverão ser entregues, a expensas da Contratada, na Coordenadoria de Segurança e Transporte do Tribunal Superior do Trabalho, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 08, Lote 01, Bloco "A", Sala 09, Brasília/DF, CEP 70070-943, telefones 3043-4339 e 3043-4508.
- II. substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
 - a. a Contratada deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do correto;
 - b. o Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências;
- III. fornecer todos os itens indicados no Anexo I, de acordo com as características apresentadas no detalhamento descritivo de cada item, observando-se a necessidade de preservação da uniformidade de matérias-primas;
 - a. o Uniforme de tecido deverá ser entregue nos kits, limpos, sem fios e linhas excedentes das costuras, passados a ferro a vapor, embalados individualmente, em embalagens de materiais recicláveis, ecologicamente sustentáveis, acondicionados em caixa de papelão, lacrada, com o uniforme identificado e o seu tamanho;
 - b. o calçado deverá ser entregue também em embalagem individual, identificando a pontuação exata do usuário, embalado em sacos plásticos, acondicionados em caixa de papelão, lacradas, limpos;
- IV. substituir, no prazo de trinta dias, o uniforme entregue com defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados, ou fora das especificações;
- V. comparecer à Coordenadoria de Segurança e Transporte - CSET, no Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, Quadra 08, Lote 1, Bloco "A", Térreo, Sala T09, Brasília-DF, CEP 70070-943, fones: (061) 3043-4339, no prazo de 10 (dez)



dias da comunicação pelo Contratante, para auferir as medidas exatas dos uniformes (Itens 1, 7, 8, 9, 10 e 13) para cada servidor e apresentar mostruário de numeração (itens 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18);

- a. a Contratada deverá agendar o dia e horário com a Coordenadoria de Segurança e Transporte por telefone;
 - b. no dia previamente agendado, a Contratada deverá portar mostruário de numeração especificada abaixo:
 - i. Terno Masculino: 42 a 60;
 - ii. Camisa Masculina: 1 a 7;
 - iii. Sapato Masculino: 37 a 43;
 - iv. Blazer Feminino: 40;
 - v. Blazer 7/8 Feminino: 40;
 - vi. Vestido: 40;
 - vii. Saia executiva: 40;
 - viii. Blusa Feminina manga longa: P, M, G, ou 40 a 50;
 - ix. Blusa Feminina manga regata: P, M, G, ou 40 a 50 ;
 - x. Calça feminina: P, M, G, ou 40 a 50 ;
 - xi. Sapato Feminino: 33 a 39 ;
 - xii. Jaleco: 1 a 7 ;
 - xiii. Calça Masculina: P, M, G, ou 38 a 50 ;
 - xiv. Bota de Segurança: 36 a 43.
- VI.** atender prontamente à Administração do Tribunal Superior do Trabalho, durante o prazo de entrega e da garantia, quando solicitada;
 - VII.** permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência Contratual, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela Fiscalização;
 - VIII.** comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos produtos, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
 - IX.** manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e e-mail;
 - X.** manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - XI.** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que



forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;

- XII. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I. por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II. por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste contrato ou no edital.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

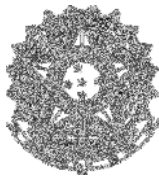
O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste contrato;
- II. promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e
- III. fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolizados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do TST, localizado no SAFS, quadra 08, lote 1, bloco A, térreo, Brasília-DF, CEP 70.070-943.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

Fundamentado no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no edital, neste contrato e das demais cominações legais, aquele que:

- I. deixar de entregar documentação exigida neste contrato;
- II. apresentar documentação falsa;
- III. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV. não mantiver a proposta;
- V. falhar ou fraudar na execução contratual;
- VI. comportar-se de modo inidôneo;
- VII. fizer declaração falsa;
- VIII. cometer fraude fiscal.



Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. A penalidade de multa prevista na subcláusula primeira poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

Subcláusula quarta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula quinta. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e a sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA TREZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

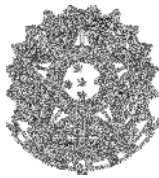
Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.



Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

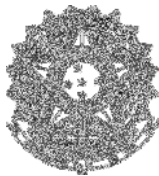
Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sétima. Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas,



assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- I. A vedação constante nesta subcláusula se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

CLÁUSULA VINTE - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de _____ de 201 _____.

CONTRATANTE

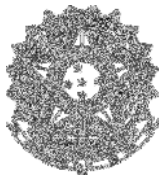
CONTRATADA

TESTEMUNHA

**Nome:
CPF:**

TESTEMUNHA

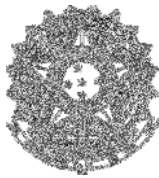
**Nome:
CPF:**



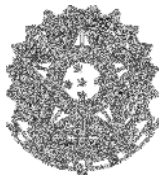
ANEXO I

DETALHAMENTO DOS UNIFORMES
SEGURANÇA

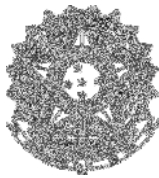
ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	<p>Conjunto de 01(um) Paletó e 01(uma) calça masculina, corte italiano, Confeccionado em tecido 70% poliéster e 30% viscose, na cor preta;</p> <p>PALETÓ:</p> <p>Frente: fechável por 02 (dois) botões com casa de olho; Parte interna: todo forrado, forro 100% sarja de acetato na cor preta, vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro; Bolso: 06 (seis) bolsos, sendo:01 (um) externo embutido na parte superior do lado esquerdo, com “vista” larga 3cm(L), 02 (dois) externos embutidos na parte inferior com portinhola medindo 6cm de largura(L); 02(dois) internos embutidos na parte superior, sendo um embutido do lado esquerdo e outro do lado direito (fechável por um botão com aleta em forma de triângulo com caseado); e 01 (um) menor interno embutido na parte inferior do lado esquerdo; Gola toda pespontada com caseado do lado esquerdo e feltro debaixo da gola; Mangas forradas com 04(quatro) botões em cada com caseado; costa forrado com 02(duas) aberturas laterais, costura vertical na união dos traseiros; Acabamento linha 100% poliéster; botões na cor preta: poliéster, tinto massa T-24 para manga e T-32 para frente, 04 (quatro) furos; Entretela: colante para reforço de ombro; Ombreira de algodão, feltro para baixo da gola poliéster; Etiquetas: Marca Bordada; de composição e instrução de lavagem conforme determinação do Inmetro. .</p> <p>CALÇA: Confeccionado em tecido 70% poliéster e 30% viscose, na cor preta, modelo social reta sem pregas em tecido idêntico ao do terno, frente com pernetas (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho) com 2 bolsos dianteiros tipo faca, acabamento em travete; 2 bolsos traseiros com caseado na vertical e 1 botão cor preta em cada bolso; botão interno de adaptação; Cós de 40mm(A), com extensão retangular fechável por gancho metálico e 1 botão na extensão, parte interna com extensão com casa preso com 1 botão, forro montado em 2 partes com fita de borracha no centro para segurar a camisa, com seis a oito passantes de acordo com o manequim; Zíper em poliéster anti-ferrugem com deslizamento prático; Acabamento das costuras internas em overloque; Possibilidade de ajustes futuros;</p> <p>Aviamentos: cor do tecido; linha 100% poliéster ; forro de bolso 100% poliéster na cor preta; forro de cós 100% poliéster ; entretela de cós 100% poliéster; botões(quatro) poliéster tinto massa T-24 (quatro furos); zíper de nylon 18 cm (C) trava automática, Zíper/gancho deverá ser de material resistente a ferrugem; Etiqueta de marca bordada; de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO; .</p> <p>OBS: a empresa vencedora deverá providenciar trajés prontos para a conferência das medidas, sem ônus nenhum para a administração. .</p>
2	<p>CAMISA MANGA LONGA: Confeccionada em Tecido Tricoline, 35% Algodão e 65%</p>



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	Poliéster, de modo a não deixar transparecer a cor do corpo, cor Branca, mangas longas; colarinho entretelado firme com reforço, pespontado ou com barbatana nas pontas; Pala: 2 panos (dupla) com etiqueta de marca e tamanho; Mangas compridas tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 6,5 a 7,cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 (dois) botões em cada punho tam-18; Bolsos: bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços (mosqueados nos cantos, com 12 cm (largura) por 15 cm (altura); vista embutida de 3,5cm, botão reserva na vista interna; Fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; Ombro: costura embutida pesponto na beira; Costa: com 2 (duas) pregas, uma de cada lado; Abertura: frontal, em toda a extensão, fechável por sete botões TAM-18, da cor do tecido (incluir botão reserva TAM-18 e TAM-14).
3	GRAVATA – CORES: Gravata Jaquard 1200 fios listrada cor a definir, medindo entre 7 e 7,5 cm de largura na parte mais larga e 1,40cm a 1,50cm de comprimento, entretela grossa, passante duplo (sendo: um passador do próprio tecido e uma etiqueta de marca bordada), forro liso ou trabalhado. .
4	MEIA SOCIAL MASCULINA: Cor: Preta. Especificações técnicas do tecido: 68% algodão, 30% poliamida e 02% elastano, cor preta. Detalhes do modelo: Cano longo. .
5	CINTO Confeccionado em couro legítimo dupla face na cor preta e marrom. Modelo social de no mínimo 110 cm (Comprimento) e mínimo de 30mm de largura, compatível com o cós da calça, com ou sem costura, fivela de aço com garra regulável. .
6	SAPATO MASCULINO Cor: Preta, Forro do cabedal de couro; Forro do suador em cotelle; Calcanheira inteira, forrada de couro; Sola pro shock Z2 ou similar; Palmilha com montagem antimicrobiana pro shock Z2 ou similar; Calcanheira conformada PU vermelho, zona de amortecimento dianteira: Sistema "Comfort Structure" ou similar, com estruturas massageadoras que favoreçam a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés, reduzam o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionem alívio de dores nas costas e pescoço provocadas por impactos ao caminhar e/ou postura inadequada. .



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
7	<p>BLAZER: Confeccionado em Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Cor a ser definida posteriormente; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m, medidas de acordo com o manequim do usuário. Modelo: Corte de Blazer clássico social com gola de alfaiate forrada do próprio tecido ; 02(dois) bolsos externo na parte inferior inclinado medindo 12 a 13cm de comprimento; Frente arredondada, com comprimento na altura do quadril, abertura frontal fechável por 3 botões e caseado na horizontal de forma a permitir uma boa apresentação; com 04(quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do ombro até o bolso; Mangas de paletó 2 folhas; Costas com 02(dois) recortes um de cada lado saindo do ombro até a barra; Aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120; Entretela 100%poliéster resinado para fundir no tecido; Botões: 04 (quatro) botões na cor do tecido com aproximadamente dois centímetro de diâmetro, sendo 03 (três) na frente e 01 (um) reserva ; Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano, 94% poliéster e 6% elastano, na cor do tecido; Etiqueta de identificação: do tecido, forro, confecção , tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO; Ombreira: de feltro. .</p>
8	<p>BLAZER 7/8: Confeccionado em Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Cor a ser definida posteriormente; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m, medidas de acordo com o manequim do usuário. Modelo: Corte de Blazer clássico social com gola mais larga de alfaiate, forrada do próprio tecido ; 02(dois) bolsos externos na parte inferior, inclinados medindo de 12 a 13cm de comprimento; Frente arredondada, com comprimento abaixo da altura do quadril e acima do joelho uns 10 cm, abertura frontal fechável por 3 (três)botões e caseado na horizontal de forma a permitir uma boa apresentação, sendo o primeiro botão abaixo do busto; com 04(quatro) recortes, dois de cada lado, sendo um saindo da cava até a barra e outro saindo do ombro até o bolso; Mangas de paletó 2 folhas; Costas com 02(dois) recortes, um de cada lado, saindo do ombro até a barra; Aviamentos: linha 100% poliéster, bitola 100 ou 120; Entretela 100%poliéster resinado para fundir no tecido; Botões: 04 (quatro) botões na cor do tecido aproximadamente dois centímetro de diâmetro, sendo 03 (três) na frente e 01 (um) reserva ; Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano (94% poliéster e 6% elastano), na cor do tecido; Etiqueta de identificação: do tecido, forro, confecção , tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO; Ombreira: de feltro. .</p>
9	<p>VESTIDO: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m; Cor a ser definida posteriormente; Modelo: básico, corte reto, sem mangas , com dois pences frontais, decote gola canoa, traseiro com costura centralizada na união dos traseiros, fechado por zipper invisível e botão para fechamento, abertura transpassada, para dar movimento, de 15 a 22cm; Aviamentos: na cor do tecido; Forro parte interna coberta com forro cetim com elastano (96% poliéster e 4%elastano), na cor do tecido. Etiqueta de marca bordada. Na medida do usuário. .</p>



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
10	SAIA EXECUTIVA: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m. Cor a ser definida posteriormente; Modelo social básico com cós, semijusta, altura do joelho, toda forrada; Frente 04(quatro) pences, duas de cada lado, medindo aproximadamente 5 a 7cm; Cós anatômico de 5cm, do próprio tecido entretelado, parte interna do cós com 02(dois) penduradores de cabide, um de cada lado, em cetim; Traseiro com 2 pences para cinturar, medindo aproximadamente 7 a 9 cm, fechável com Zíper invisível de 18 a 20cm, e fenda de 15 a 20 cm, com barra pronta ou 20 a 28 cm sem barra. Forro: parte interna toda coberta com cetim com elastano (94% poliéster e 6% elastano) na cor do tecido; Etiqueta: com a marca bordada, composição e instrução de lavagem, conforme determinação do INMETRO. .
11	BLUSA MANGA LONGA: Tecido 100%poliéster, gramatura 109 g/m2, gola colarinho entretelado e pespontado delicado no contorno da gola; Cor a ser definida posteriormente; Manga longa com punho entretelado de 6 cm todo pespontado, fechável por dois botões na vertical tam-18, com caseado na horizontal; Frente dupla coberta com o próprio tecido, com abertura frontal para vestir ou desvestir, fechável por 6 a 7 botões tam-18 em casas verticais, 6 (seis) pences, sendo quatro na frente, 02(dois) na vertical da barra até a cintura e os outros 2(dois) saindo próximo a cava, na horizontal, medindo aproximadamente 14cm. Traseiro: 2 (dois) pences, um de cada lado, até a barra, medindo aproximadamente, 40cm. Etiqueta de marca bordada e etiqueta de composição. .
12	BLUSA MANGA REGATA: Tecido: Seda Chanel, 100% poliéster; Cor a ser definida posteriormente; manga regata com alça de 4 a 5 cm; gola quadrada; Etiqueta de marca bordada e etiqueta de composição. .
13	CALÇA FEMININA: Tecido gabardine com elastano, sendo o lado interno, acetinado; Especificações técnicas do tecido: Composição: 97% Poliéster e 3% elastano; Largura 1,47m. Cor a ser definida posteriormente; Modelo sem prega, frente com 02(dois) bolsos tipo faca, fechável com 02(dois) botões com caseado, tamanho de 1,2 a 1,5 cm de diâmetro na cor do tecido; No cós na vertical, zíper comum com 12 a 18 cm, de nylon fino comum, com braguilha; Cós anatômico de 5 cm, do próprio tecido entretelado; Traseiro com 2 (dois) pences; Barra overlock nas partes desfiadas do tecido. .
14	MEIA CALÇA COR PRETA: Composição mínima de 84% poliamida e de 16% elastano. Cor preta, .
15	SAPATO SOCIAL FEMININO NA COR PRETA: Sapato com bico arredondado produzido em material PU Sintético na cor preta, com detalhe em material Verniz Preto. Salto com altura de 6,5 cm, solado emborrachado (antiderrapante e flexível). Palmilha com tratamento antibacterias e todo forrado internamente. .
16	JALECO Tecido: Brim, tipo sol a sol; Modelo Convencional; Cor Azul escuro. Dois bolsos na parte frontal inferior e um bolso na parte superior à esquerda, com costuras reforçadas. Gola com entretela aderente; pala (dois panos), com etiqueta de marca e tamanho; Mangas Curtas. Abertura frontal (para vestir ou desvestir), em toda a extensão, fechável por botões



ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	<p>em casas verticais à esquerda e botões reserva na parte inferior. Acabamentos: costura dupla (máquina braço) lateral; botão na cor do tecido; Logotipo do TST: Gravado no centro do bolso superior à esquerda, em <i>silk-screen</i>, na cor branca. Etiqueta de identificação do fabricante e origem da matéria prima empregada, forma de conservação da peça, tamanho, observando os requisitos exigidos pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente de etiquetas.</p>
17	<p>CALÇA JEANS Tecido: Jeans 100% algodão ou 99% algodão com 1% de elastano; modelo Convencional; Cor Azul escuro. Dois bolsos na parte frontal inferior e dois bolsos na parte traseira. Braguilha com zíper reforçado de metal, na cor do tecido; Logotipo do TST: Gravado no centro do bolso traseiro à esquerda, em <i>silk-screen</i>, na cor branca. Etiqueta de identificação do fabricante e origem da matéria prima empregada, forma de conservação da peça, tamanho, observando os requisitos exigidos pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente de etiquetas.</p>
18	<p>BOTA DE SEGURANÇA Em couro, solado antiderrapante, forma alta, de cano curto, com cadarço, com biqueira de composite que possua protetor de biqueira em borracha termoplástica em sua borda, com solado em poliuretano injetado direto no cadebal, devendo possuir o Selo de Conforto da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou do Instituto Brasileiro de Tecnologia de Couro, Calçados e Artefatos - IBTeC</p>

OBS 1: Nos percentuais referentes aos materiais dos itens detalhados, será aceita uma variação de até 5%, para mais ou para menos.

OBS 2: Todos os itens deverão apresentar as medidas de acordo com o manequim do servidor.